



Nota à Comunicação Social

GOVERNO DÁ COM UMA MÃO E TIRA COM A OUTRA!

O Governo fez chegar às estruturas sindicais da Administração Pública, para uma suposta negociação, uma proposta de Lei que visa aplicar com “carácter transitório” os cortes salariais que vigoraram em 2011, depois de ter visto chumbadas pelo Tribunal Constitucional, as normas de redução salarial incluídas na Lei do Orçamento do Estado para 2014.

Por outro lado, a proposta de Lei, prevê a integração das carreiras subsistentes e das carreiras específicas, na tabela remuneratória única da Administração Pública, pondo em causa a especificidade dessas mesmas carreiras e mesmo, a sua existência, sendo inaceitável que esta integração seja feita sem a negociação, em simultâneo, da respectiva estrutura e enquadramento.

As soluções apontadas pelo Governo nesta sua proposta, continuam a ter por base a conjuntura económica do País e a sujeição do mesmo aos ditames da União Europeia (Pacto Orçamental, p.e.), nomeadamente, no que se refere à contenção da despesa pública e à redução do défice, sempre numa perspectiva de destruição das funções sociais do Estado, de uma Administração Pública subsumida às funções institucionais e de um investimento público mínimo.

Numa altura em que é o Governo a afirmar que o País entrou numa fase de recuperação, em que prescindiu da utilização da última tranche do empréstimo e em que a troika, alegadamente, saiu de Portugal, porque razão insiste este mesmo governo, a coberto de uma falsa transitoriedade, em impôr cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública que, ainda para mais, não se sabe até quando irão persistir?

Note-se, entretanto, que o recuo do Governo no nível salarial a partir do qual virão a ser feitos esses mesmos cortes, é o efeito da persistente luta desenvolvida pelos trabalhadores do sector, ao longo destes anos em que têm estado sujeitos ao mais vil ataque aos seus direitos fundamentais. Luta esta que deverá ter continuidade, até que seja posto cobro aos cortes e repostos os montantes indecorosamente roubados aos trabalhadores, desde 2010.

Esta e outras medidas, como a da devolução dos cortes efectuados desde 2011, estão nesta proposta de Lei do Governo, sempre condicionadas à disponibilidade orçamental futura, o que significa, perante um governo que não tem palavra, poder nunca vir a receber a totalidade das devoluções. Basta que uma qualquer questão conjuntural surja, para o Governo invocar a impossibilidade do pagamento de mais uma percentagem das devoluções.

Entretanto, como ficam os salários dos trabalhadores da Administração Pública, bem como as progressões e promoções, congelados durante anos sucessivos? As devoluções dos cortes que o Governo prevê fazer, não contemplam a sucessiva perda do valor real dos salários. E sobre isto, nada refere o Governo neste projecto de diploma.

Aliás, o Governo fala em “valorização do mérito e competência” dos trabalhadores da Administração Pública, fala em “restituir a competitividade potencial” aos mesmos, mas medidas

objectivas sobre isto nada aponta, limitando-se a remeter para uma decisão administrativa, fugindo à negociação com as estruturas sindicais, uma eventual reformulação da Tabela Remuneratória Única.

A propósito, convém realçar, que o Governo faz apenas referência aos posicionamentos remuneratórios dos trabalhadores da Administração Pública, como forma de os valorizar, ignorando a necessidade de reestruturação das carreiras profissionais, a alteração dos critérios de promoção e de progressão, o que confirma a intensão de, num futuro próximo, querer destruir o sistema de carreiras vigente, impondo uma permanência indefinida num determinado posicionamento salarial.

A conclusão do processo de integração das carreiras subsistentes e específicas não revistas, nos termos da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na tabela remuneratória única, encetado pelo governo PS/Sócrates, que agora o actual governo pretende levar a cabo, pode ser o passo seguinte para reduzir a questão remuneratória, ao posicionamento salarial dos trabalhadores.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, considera que o documento agora entregue pelo Governo às estruturas sindicais é:

- **em primeiro lugar, mais uma tentativa de instrumentalização e de condicionamento do Tribunal Constitucional, para impôr, no Orçamento de Estado de 2015, as suas políticas;**
- **e, em segundo lugar, mais um instrumento de ataque ao trabalho com direitos no sector e que só pode merecer por parte dos trabalhadores uma resposta de intensificação da luta, nomeadamente, de mobilização para a Manifestação do próximo dia 21, em Lisboa, promovida pela CGTP-IN.**

Lisboa, 16 de Junho de 2014

O Gabinete de Informação
da FNSTFPS